

CASTELOS DE AREIA: OS INSTÁVEIS ALICERCES DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA JUVENTUDE EM TEMPOS DE DIREITO PENAL MÁXIMO

SAND CASTLES: THE UNSTABLE PILLARS THAT HOLD THE PROTECTION OF THE RIGHTS OF THE YOUTH IN TIMES OF MAXIMIZED PENAL LAW

NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES¹

FABIANO MARTELOTTA PEREIRA²

RESUMO: Tomando a obra *Capitães da areia* de Jorge Amado como pano de fundo, o presente estudo abordará o tratamento dado aos jovens – especialmente aqueles que em situação de rua ou em conflito com a lei – por parte do Estado. Alguns fatores serão analisados de forma mais detalhada no intuito de demonstrar a atualidade do texto que está prestes a completar 80 anos de sua publicação, dentre eles: o papel da mídia não apenas como informadora, mas como ferramenta de pressão e manipulação social; a aceitação (e propagação) dos discursos punitivistas e da desvirtuação da subsidiariedade do direito penal; a inércia e indiferença do Estado em relação ao adimplemento das demandas e necessidades das parcelas mais carentes da população; o cometimento de delitos como forma de sobrevivência/inclusão na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Direito penal; criminologia; direitos humanos; delitos patrimoniais; população em situação de rua.

¹ Aluna do Programa de em Direito da Universidade Católica de Petrópolis – UCP, pós-graduada em Direito e Processo Penal e Criminologia pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (2014) e graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2011). Advogada criminalista e pesquisadora. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia. Membro associado da Rede Brasileira de Direito e Literatura (RDL). Endereço de currículo na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0410822851348833>. Email: natalialuceroadv@gmail.com

² Pós-graduado em Direito e Processo Penal e Criminologia pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (2015) e graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2012). Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia. Membro associado da Rede Brasileira de Direito e Literatura (RDL). Endereço de currículo na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5881722220668137>. Email:fabianomartelotta@gmail.com

ABSTRACT: Utilizing Jorge Amado's *Sand captains* as backdrop, the present study will focus on the manner in which minors are treated by the State – more particularly those who are homeless. Certain aspects of Amado's work will be further scrutinized in order to demonstrate how current this soon to be 80 years old novel still is, such as: the part played by the media that surpass her informative role, serving as means for social and political control; the propagation and social acceptance of the punitive agenda and ideals; the subversion of the subsidiary essence of the penal law; the State's inertia and indifference towards the needs and demands of the most needed members of society; the participation in criminal acts as means for subsistence/acceptance in the capitalist society.

KEYWORDS: Penal law; criminology; human rights; violation of property crimes and misdemeanors; homeless population.

1 INTRODUÇÃO:

Mesmo após oito décadas desde sua publicação, as críticas trazidas por Jorge Amado no drama *Capitães da areia* parecem retratar perfeitamente o contexto sociopolítico atual.

Por meio da leitura das aventuras e dificuldades encaradas por Pedro Bala e seus companheiros o leitor é levado a contemplar a distinção que é feita pela sociedade e pelo próprio Estado com base tão somente no poder aquisitivo dos indivíduos.

A atualidade da obra não deve ser atribuída a uma visão futurística acertada do autor, mas sim à perenidade do desequilíbrio econômico e político que marca a sociedade brasileira. O transcorrer dos anos não teve o condão de solucionar as mazelas apontadas de forma tão clara e lúdica por Jorge Amado, permanecendo nos dias de hoje a superproteção do patrimônio em detrimento da dignidade dos mais carentes.

Tomando a obra como pano de fundo, o presente estudo abordará a conturbada questão da banalização do uso da máquina penal que, ao longo dos últimos anos, veio se fortalecendo em decorrência de forte campanha midiática pelo recrudescimento das políticas criminais.

A despeito da falência do sistema penitenciário – superlotado e incapaz de realizar quaisquer das aclamadas funções preventivas ou ressocializadoras da pena –, grande

parcela da sociedade, insuflada pela falsa propaganda de que a criminalização e o encarceramento são as únicas ferramentas a seu alcance para exorcizar os falaciosos fantasmas da “insegurança” e “impunidade”, vem clamando por uma ampliação da já agigantada legislação penal, com redução dos limites à sua aplicação e, até mesmo, para redução da maioria penal.

Assim como os capitães da areia, muitos jovens hoje vivem às margens da sociedade, desamparados, em situação de rua. Abandonados pelo Estado e relegados à própria sorte, a subsistência dos personagens de *Capitães da Areia* dependia diretamente da prática de pequenos crimes e mendicância.

Fora das páginas do romance, jovens em condições análogas representam, de acordo com o sensacionalismo jornalístico atual, um grande risco à ordem e paz social. Em lugar de implementar políticas sociais para inclusão – e humanização – desta parcela carente da sociedade, o Estado, impulsionado pela sanha punitiva imperante, furta-se à obrigação de zelar pela juventude, optando pelo encarceramento como ferramenta de neutralização.

Tendo por norte a dignidade da pessoa humana, questões como a seletividade penal e falência da política de encarceramento serão analisadas para demonstrar a incoerência dos discursos punitivos.

2 MÍDIA, MANIPULAÇÃO E PUNITIVISMO:

A obra se inicia com o capítulo denominado “Cartas à Redação”, formado por uma série de reportagens fictícias que fazem referência à existência de um grupo de jovens que pratica delitos na cidade de Salvador.

Discretamente, Jorge Amado insere após cada uma das reportagens uma pequena descrição do modo como as mesmas foram divulgadas. Detalhes como a página em que a publicação foi impressa, o tom dado aos títulos, o tamanho da matéria, a presença de fotos ou comentários de terceiros – que poderiam parecer aleatórios ou pouco relevantes à primeira vista – vão sendo apontados de modo a explicitar a parcialidade que marca a atividade jornalística.

É por meio da reportagem em destaque na página “Fatos Policiais” intitulada “Crianças ladronas” que o leitor é apresentado aos “Capitães da Areia”. Ao narrar as ondas de assaltos praticados por menores com idade entre 8 e 16 anos (em especial, o assalto a casa de um comendador), o jornal demanda uma postura por parte do juiz de menores e do chefe de polícia para punir os jovens e devolver a paz às distintas famílias de Salvador.

Já a segunda publicação, veiculada na primeira página do jornal, nada mais é que a resposta dada pelo chefe de polícia ao editorial “Criança ladronas”. Em sua carta, o policial aduz a responsabilidade do juiz de menores, atribuindo a este o poder/obrigação de resolver a questão.

Também a carta do juiz de menores é publicada integralmente, acrescida de foto e comentários elogiosos – assim como o que fora feito em relação à resposta anterior – em uma coluna. Eximindo-se de responsabilidade em relação aos delitos patrimoniais praticados pelos jovens de Salvador, o juiz diz que a desculpa utilizada pelo chefe de polícia não procede uma vez que o dever do juizado de menores é de zelar pelo destino dos “pequenos delinquentes” (Amado, 1980, p. 9), ao passo que a tarefa de aprendê-los compete tão somente à força policial.

Em seguida, o juiz atribui parte do problema (e da culpa) às fugas dos menores do reformatório, local que descreve como sendo um estabelecimento de educação em que se respira paz e trabalho.

Sem qualquer elogio ou destaque, publicada entre anúncios numa página perdida no meio do jornal, a carta da costureira Maria Ricardina, mãe de um dos jovens que fora internado no reformatório, relata os abusos sofridos pelos menores mantidos no local e demanda a realização de visitas não agendadas para verificação dos abusos praticados pelo diretor, a quem descreve como sendo um *ébrio* habitual que tem por *hobby* açoitar os jovens com um chicote.

Maria Ricardina assevera que a violência a que os jovens são submetidos acaba por legitimar a atuação e existência dos capitães da areia – “Eu prefiro ver meu filho no meio deles do que no tal reformatório” (Amado, 1980, p. 12). Para corroborar seu relato, a

costureira cita como testemunha dos eventos o padre José Pedro, que trabalhou como capelão no local.

Diferentemente do tratamento dado às cartas das autoridades cuja publicação lhe precederam, a carta do padre José Pedro vem acrescida de um título, “Será verdade?”, na terceira página do jornal. O padre reafirma as alegações feitas por Maria Ricardina e aponta o tratamento negativo e violento dado aos jovens como uma das causas do problema.

Já a carta do diretor do reformatório busca desqualificar as críticas recebidas pelo mesmo. O diretor atribui os comentários negativos de Maria Ricardina à incapacidade de uma “mulherzinha do povo” de compreender o trabalho que vem realizando no local, ao mesmo tempo em que desconstrói a reputação do padre qualificando-o como um instigador do mau caráter e responsável pelo caos no interior do reformatório.

Numa tentativa de rechaçar as acusações do padre e da costureira, o diretor do reformatório demanda a realização de uma visita agendada por parte do corpo editorial. O texto foi publicado com foto na terceira página do jornal e uma notícia informando que um redator iria se dirigir ao local na semana seguinte.

A primeira parte da obra se encerra com uma reportagem repleta de fotos na primeira página do jornal e descreve o reformatório como um local perfeito que apenas poderia ser criticado e questionado por alguém incorrigível.

Muitas são as questões trabalhadas por Jorge Amado nestas poucas páginas da obra. A crítica velada à parcialidade da mídia será o primeiro ponto aqui analisado.

A disposição dos textos em locais e tamanhos diferentes, a presença de fotos e a redação dos títulos são apenas algumas das tantas ferramentas utilizadas pelo jornal fictício descrito pelo autor. Tais detalhes indubitavelmente causam um impacto direto no modo como a notícia veiculada é recebida e assimilada pelo público leitor.

O formato das publicações reflete uma tomada de posição por parte daqueles responsáveis pelo veículo jornalístico. Não é possível informar de maneira isenta e imparcial do mesmo modo como não é possível que um processo judicial busque a verdade real dos fatos uma vez que a apreensão da realidade se opera de modo distinto e influenciado pela vivência do observador.

O Jornal da Tarde, através do estilo de editoração adotado, imprime a posição de seus membros de modo inequívoco: enquadram os chamados capitães da areia na categoria de pessoas perigosas que colocam em risco não apenas o patrimônio, mas a paz e convivência social de modo *lato* e, neste sentido, defendem a aplicação de penas – castigos – no intuito de repelir as práticas delituosas.

Antes mesmo de adentrar a discussão que concerne a supervalorização da proteção outorgada pelo Estado aos direitos patrimoniais em detrimento da própria vida e dignidade daqueles que residem as margens do modelo capitalista voraz adotado, abordaremos a questão da disseminação – e ampla aceitação – dos discursos punitivos na mídia e sociedade.

Datando o drama da década de 1930, em que os grandes meios de informação resumiam-se basicamente à mídia impressa, os jornais de grande circulação eram os principais – senão únicos – detentores de voz em espaço público e com forte penetração social; não disputavam espaço com blogs e jornais independentes, mídias sociais e uma infinidade de câmeras de celular capazes de suscitar dúvidas a respeito da veracidade das informações publicadas pela *mainstream media*.

No período histórico em que se insere a obra – não muito distinto daquele hoje vivenciado – o poder exercido pelos meios de comunicação deve-se a sua possibilidade de escolha (e manipulação) de pauta; à crença na sua fictícia imparcialidade e à ingenuidade de grande parte dos leitores.

Ciente de sua influência sobre as mais diversas camadas da população, a grande mídia exerce seu controle político-ideológico de modo velado, ou explícito por vezes, para manipular a sociedade de modo geral. Exemplo atual que se coaduna com a realidade narrada na obra ora analisada é a discussão sobre a redução da maioria penal que foi centro de muitos debates inflamados nos últimos três anos.

Assim como no caso dos capitães da areia, uma grande parcela da sociedade brasileira manifestou-se favorável à modificação da idade mínima para responsabilização criminal de jovens, apoiando o projeto que alterava de 18 para 16 anos a idade mínima para aplicação de pena. Importante ressaltar que esta visão favorável ao

recrudescimento (ainda maior) do sistema penal foi insuflada claramente pelos veículos da grande mídia e encontrou respaldo em algumas das frases mais populares na sociedade punitiva tupiniquim que dispõem que “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos são para humanos direitos”.

Em meio a este pensamento majoritário atávico que apenas enxerga uma sociedade configurada em padrões binários, passa-se a dividir o coletivo em “pessoas de bem” e “pessoas ruins”, ou seja, aqueles que respeitam as leis e os que as violam – os bandidos, delinquentes, facínoras, perturbadores da paz social. Nesta divisão social antagônica, perde-se vista de algumas das características mais marcantes da sistema penal: a seletividade da norma penal; o uso do direito penal como ferramenta de controle social; e o efetivo papel desempenhado pela pena.

Seguindo a lógica delineada pelo garantismo penal de Luigi Ferrajoli, em que não há pena sem crime e não há crime sem lei anterior que o defina, faz-se mister uma análise do fator político associado à elaboração das normas penais.

Não há direito ou bem jurídico absoluto. A criminalização primária, que consiste na criação de um tipo penal, à luz das características mais fundamentais deste ramo direito – qual seja seu caráter subsidiário de *ultima ratio* –, traduz a adoção de determinado modelo de política criminal por parte do legislador.

A elaboração de tipos penais não é – e nem poderia ser – um processo mecânico e dissociado da realidade sociopolítica do ordenamento em que se insere. Na realidade, a criação de tipos incriminadores no Brasil resulta, na grande maioria das vezes, de um quadro de pressão social ou midiática.

A influência exercida pela mídia e pelas camadas da população não se limita, contudo, ao momento da redação da norma, causando impacto em todas as etapas de sua aplicação. Na realidade, como bem indicam os estudos realizados por importantes pesquisadores e juristas como Nilo Batista, os veículos jornalísticos são capazes de julgar indivíduos antes mesmo do Poder Judiciário ou setores da polícia possam fazê-lo.

O que se pode depreender a partir da leitura das manchetes sensacionalistas da atualidade e das reportagens fictícias de *Capitães da areia* é a adoção de uma postura favorável à utilização da privação de liberdade como ferramenta para obtenção da tão

fugaz paz social. Em ambos os contextos, o discurso majoritário enxerga na impunidade a causa para a delinquência.

Como abordaremos no capítulo seguinte, a prática de crimes por parte do grupo liderado por Pedro Bala não decorre da ausência de punição, mas sim do abandono sistematicamente sofrido por estes jovens que buscam, por meio de violações à tutela estatal dos direitos da propriedade, garantir sua própria subsistência.

O cotidiano daqueles internados no reformatório é descrito no drama como uma constante sujeição a desrespeitos e violência. Em lugar de buscar uma reaproximação destes menores – em sua maioria, sem família ou qualquer suporte estatal – com a coletividade, a privação de liberdade acaba por exacerbar o ódio semeado pelo abandono e necessidade.

Assim como ocorre no falido sistema penitenciário brasileiro atual, que acaba de sediar mais um show de horrores e brutalidade³, o reformatório de *Capitães da areia* destina-se apenas a neutralização e afastamento daqueles marcados pelo rótulo de infratores.

O que se observa na obra é que a criação desta fragmentação social sob a ótica de “nós x eles” contribuiu diretamente para o acirramento das causas do conflito: os jovens em situação de rua se veem totalmente abandonados à própria sorte, enxergando as forças policiais e judiciais como persecutores parciais ao passo que a sociedade confere a todo este coletivo de menores o rótulo de delinquentes e ladrões, sem qualquer preocupação com a verossimilhança de suas acusações.

3 DIREITOS E A NECESSIDADE DE SOBREVIVÊNCIA

“– Isso não são crianças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são crianças. São capazes até de ser os Capitães da Areia... Ladrões – repetiu com nojo” (Amado, 1980, p. 73). Dona Margarida, beata conhecida do Padre José Pedro, fazia questão de exigir

³ Nos primeiros dias de 2017 uma rebelião ocorrida no sistema penitenciário do estado do Amazonas deixou dezenas de internos mortos e feridos. O incidente foi atribuído a uma suposta disputa de poder entre membros de diferentes facções criminosas. Até o momento da conclusão do presente artigo, muitos dos de cujus permanecem sem identificação.

distância dos jovens, daquela imundice. A repulsa e receio de ter seu *lorgnon* de ouro subtraído ou o custosíssimo *barret*⁴ arrancado do pescoço não a deixavam enxergar a realidade: aqueles garotos eram ladrões, mas acima de tudo crianças.

Jorge Amado apresenta os furtos e outros pequenos delitos cometidos pelos Capitães da areia durante os dias de Salvador como trabalho. Relacionavam-se com bens materiais primordialmente de duas maneiras: sobrevivência e fuga.

Os meninos corriam para transformar o que subtraíam em moedas para se alimentarem. Ao leitor fica claro que não costumava ser o suficiente, mas lhes permitia a manutenção da vida.

Há apenas uma passagem do livro que relata alguns dos capitães em um restaurante barato. Maltratados, como de costume, só foram atendidos após ameaçar o garçom e demonstrar que poderiam pagar suas despesas, momento em que fizeram o banquete. No mais, costumavam servir-se de um pão velho repartido para tapear a fome, bebidas alcoólicas e cigarros.

As roupas que ornavam seus corpos, trapos em sua maioria, advinham de doações e subtrações. À exceção de Gato, não tinham grande apressamento pela manutenção de uma imagem vistosa, arrumada. Quando conseguiam trajes melhores tratavam de convertê-los em comida, o que realmente lhes interessava.

Já a fuga de suas existências ocorria de diversas maneiras. Cada capitão possuía sua idiossincrasia. As interações com a realidade na qual estavam inseridos eram próprias e os subsídios para abstrair dela também.

Professor, além do trabalho diário com seus companheiros, possuía duas paixões: livros e desenhos. Especializou-se em furto de livros, dos quais jamais se desfazia. As leituras noites adentro eram sua fuga daquele trapiche. Míope, cerrava os olhos à luz de uma vela em busca de histórias mais interessantes que a sua, transportava-se para elas.

⁴ *Lorgnon* é uma espécie de óculos antigos de uma só haste, lateral na vertical, para segurar com a mão. *Barret* é uma espécie de medalhão, uma joia. As expressões em língua estrangeira são propositalmente inseridas na passagem para marcar o abismo social existente entre os capitães da areia, pobres órfãos, de Margarida, abastada integrante da sociedade baiana. A possível incompreensão do leitor com relação a esses símbolos é a mesma experimentada pelos meninos ao se depararem com os objetos, especialmente o *lorgnon*.

Consigo, levava costumeiramente os outros capitães, tendo em vista que Professor era o único, dentre os cerca de cem, que sabia ler.

Pirulito acercava-se da religião. O que Sem-Pernas e tantos outros queriam “era felicidade, era alegria, era fugir de toda aquela miséria (...) Pirulito buscava isso no céu, nos quadros de santo, nas flores murchas que trazia para Nossa Senhora das Sete Dores” (Amado, 1980, p. 34).

Gato, o jovem garboso do grupo, tinha em suas roupas um modo de fuga. Não buscava se diferenciar dos demais, mas aproximar-se do que desejava ser: um malandro, amante das mulheres. O objeto que o simboliza é um anel furtado certa vez de um gordo no bonde: não possui grande valor, mas é belo e vistoso.

Volta seca colecionava reportagens de Lampião⁵, seu padrinho. Por intermédio delas era transportado para o sertão, de onde veio, para um grupo que fez do justicamento seu lema, o qual representava sua sanha por ver livre sua terra.

Todas essas necessidades seriam exclusividades de um século passado, memória distante na mente dos octagenários, como a obra em análise? Assim desejaria Jorge Amado, mas basta sair às ruas das grandes metrópoles que se formaram no Brasil para saber que não. As milhares de crianças abandonadas à própria sorte nas ruas brasileiras procuram todas as formas para garantir seu sustento.

Seja vendendo balas em sinais, fazendo acrobacias ou malabarismos, furtando, roubando ou associando-se ao tráfico de entorpecentes, fazem-no por possuírem necessidade de sobreviver na sociedade em que são inseridos.

Os capitães da areia, assim como os jovens do século XXI, não costumavam ser violentos gratuitamente. Ao subtraírem bens, o uso de armas ou agressões se limitavam a possibilitar a fuga com os objetos que garantiam seu sustento. A narrativa demonstra que não existia um ódio imanente em seus seres. Ele é construído.

⁵ Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, chefiou um grande movimento no nordeste do Brasil, denominado cangaço. Motivado por injustiças sociais, perpetradas pelos latifundiários, os quais exploravam os pobres moradores do interior nordestino, montou um grupo que levou o terror a muitos. Saquearam cidades, mataram pessoas, mas, dentro de seus propósitos, faziam justicamento aos pobres.

Uma transição de personalidade interessante é a de Pedro Bala ao ser preso no reformatório. Em um primeiro momento, após certa briga com outro grupo de meninos que surraram Bala é possível observar que, mesmo com raiva, querendo dar o troco, havia alguma moralidade: “levam navalhas e punhais nas calças. Mas só os sacarão se os outros puxarem. Porque os meninos abandonados têm uma lei e uma moral, um sentido de dignidade humana” (Amado, 1980, p. 166).

O cerceamento de liberdade, o bem mais precioso da vida de Pedro Bala, o transtornou. A tortura sofrida no reformatório, espancado pelo diretor, largado oito dias num buraco escuro, sem comida ou bebida suficientes para saciar suas necessidades, o alucinou.

O ódio tomou conta, aflorou em meio a delírios. Só pensava que enterraria seu punhal até o mais fundo do coração do diretor. Sem que sua mão tremesse, sem remorsos.

Jorge Amado esforçou-se por toda a obra para demonstrar que a crueldade da sociedade forjava esses meninos. Não eram criminosos natos, como o diretor do reformatório falava de Pedro Bala ao citar Lombroso. Em verdade, tratavam-se de crianças inseridas num meio de vida duro e amargo, amadurecidas não por vontade próprias, mas por desídia da sociedade. “Tamanha crueldade não fora por vocação de nascença. Fora o ambiente...” (Amado, 1980, p. 218).

O autor traz poderoso manifesto criminológico contrário ao positivismo lombrosiano, em sintonia com o que havia de mais moderno à época: a escola sociológica da criminologia. Em suas páginas, demonstrou que o surgimento da criminalidade juvenil não é culpa dos jovens, mas sim da sociedade na qual eles são inseridos, a qual conduz comportamentos e muitas vezes não franqueia grandes possibilidades de escolha.

Mais do que isso, denuncia como, inseridos em uma sociedade capitalista, naturalmente desigual e utilitária, os jovens pobres eram explorados, muitas vezes por pessoas que, a princípio, preferiam evitá-los.

Em uma passagem, um personagem chamado Joel, o qual possuía bons recursos econômicos, contrata os serviços dos capitães da areia para furtar escritos extremamente

comprometedores de uma casa próxima, os quais poderiam desgraçar sua vida. Acertada a quantia, o serviço é executado com maestria.

Há, ainda, o Gonzales, do 14, um receptador com quem os meninos sempre negociavam. Esse homem revendia os objetos furtados, pagando-os uma miséria em troca. Explorando suas necessidades, barganhava com seu silêncio a liberdade deles, tão importante quanto suas vidas.

Dessa maneira, o que os adultos queriam na história, e desejam até os dias atuais, é uma distância controlada dessa realidade de pobreza e marginalidade, pois choca. Obviamente, aproximações pontuais são toleradas quando interessam. Pode ser quando precisam de serviços, produtos, ou nos momentos de caridade, em que afagam seus egos demonstrando altruísmo. Tão logo passem as necessidades, a normalidade deve ser restabelecida.

E Jorge Amado vai além: denuncia a seletividade policial ao atuar. Um dos trechos mais emblemáticos do livro narra uma parada do trem no qual Volta Seca embarcara em direção ao sertão. Ao falar de um negro que fora escravo, o autor diz: “Todos o temem, temem suas pragas. Porque ele sofreu muito, chicote do feitor rasgou suas costas. Também o chicote da polícia, feitor dos ricos, rasgou as costas de Volta Seca. Todos o temerão um dia também.” (Amado, 1980, p. 211). Feitor dos ricos. Seria sem sentido essa expressão? Ela carrega um simbolismo imenso.

As agências do sistema penal não podem dar conta de todos os delitos cometidos na sociedade, pois são incontáveis. Dessa maneira, a seletividade é intrínseca ao sistema, por uma completa incapacidade operacional e, claramente, político-criminal.

O bem jurídico preferencial do sistema penal é o patrimônio. Desde a ascensão da burguesia ao poder, a proteção do capital tornou-se fundamental para a manutenção do modelo econômico por eles defendido.

A sociedade capitalista é estruturada para garantir a exploração da maioria pela minoria. Essa finalidade só pode ser alcançada com a força. Dentre outras questões ideológicas e sociais, a via física dessa submissão é a polícia. Destarte, profanar o

patrimônio de maneira tão esdrúxula quanto certos crimes patrimoniais, a exemplo roubo e furto, merece repressão dura.

Nessa realidade, as maiorias subjugadas socialmente também o são por não assentir com a exploração, por ter uma conduta de inovação, transgredindo com os limites socialmente impostos. Os capitães da areia queriam comer. Os capitães do asfalto também.

Porém, querem mais. O capitalismo no mundo globalizado exige cada vez mais. O delito patrimonial é uma consequência lógica do capitalismo. É retroalimentado por ele. Numa sociedade nascida para ser desigual, na qual o estímulo contínuo para aquisição de bens é enorme, o jovem é o indivíduo mais exposto, ainda em desenvolvimento e suscetível a tantas influências externas.

Nesse sentido, um fenômeno social interessante é a ascensão do estilo de *funk* conhecido como *funk* ostentação. Trata-se de um grito dos oprimidos pelo capitalismo: também podem ter sucesso na vida, consumir como pessoas das classes superiores. É produzido e consumido por jovens, muitos deles das idades dos capitães da areia de Jorge Amado. Sonham com um futuro melhor, longe da pobreza.

Todavia, esse estilo musical também se torna instrumento de opressão. Muitas letras reforçam os estigmas da sociedade de consumo, atrelando o ser ao ter, a realização profissional e pessoal à ostentação de carros, motos, bebidas importadas.

Destarte, é uma forma de trazer esperança de dias melhores para as classes mais baixas, mas também de imposição do modelo de consumo capitalista. Em virtude da impossibilidade de todos alcançarem os objetos de desejo da maneira como a sociedade é organizada, alguns precisam buscar formas alternativas, recorrendo a delitos.

Assim, o *funk* ostentação, introduzido numa realidade de desigualdade social, impulsiona os sonhos de muitos e empurra tantos outros para o sistema penal, gerando o aprisionamento daqueles que pretende libertar da pobreza. Incômodo paradoxo.

Observa-se, a partir dos pontos acima aduzidos, que a criminalidade juvenil não é tão simples quanto a beata Margarida bradava. O cometimento de delitos não está exatamente atrelada ao que uma pessoa é em sua essência. Ao contrário, é consequência de um imbricado conjunto de fatores exógenos e a interação de cada indivíduo com eles.

Portanto, torna-se importante ter conhecimento de alguns desses elementos sociais em que os jovens, especialmente os carentes, estão inseridos a fim de buscar proposições que possam conduzir a um avanço social o qual traga mais opções de vida.

4 PERCALÇOS EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 227, não deixa margem para dúvidas ao determinar que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A leitura da obra é profícua na análise das dificuldades vivenciadas pelos infantes moradores de rua em crescer. Na sua maioria órfãos, não possuíam famílias a que pudessem recorrer para garantir sustento e desenvolvimento adequados. Podem ser destacados alguns pontos: o acesso à educação; o afeto como meio de progresso sadio; e a influência de adultos na formação dos indivíduos.

Com relação ao tema da educação, Jorge Amado utilizou como alegoria em seu texto o personagem Professor. Seu apelido devia ao fato de o jovem ser o mais intelectualizado do grupo. Como já mencionado, era o único dentre os capitães da areia a saber ler.

Suas reflexões e percalços durante a narrativa demonstram como é difícil para uma criança humilde desenvolver talentos e se colocar socialmente. O abandono estatal e o preconceito o impediam de chegar às oportunidades e, quando essas lhe sorriam, os estigmas do etiquetamento já o perseguiram: tratava-se de um jovem pobre, criado nas ruas, fadado a se tornar um ladrão.

Professor tinha o sonho de ser pintor. Ganhava trocados desenhando transeuntes nas ruas de Salvador. Seus colegas reconheciam o talento nato, incentivando-o a pintar, buscar ampliar seus conhecimentos. Pedro Bala talvez fosse o principal fomentador. Chegou a cogitar que poderiam fazer uma vaquinha para que Professor estudasse na

Escola de Belas Artes. Pueril ideia, tomada de amor, mas rechaçada de plano pelo beneficiário, ciente de que havia complicações de difícil transposição.

Em toda a narrativa, Professor recebeu apenas uma chance de estudar pintura. Em certa ocasião, um poeta que servira de modelo para um desenho impressionou-se com o talento daquela criança e lhe ofereceu uma oportunidade. Entregou-lhe um cartão para tentar ajudá-lo. Desiludido, jogou essa chance (junto com o cartão) fora.

Apesar de Bala procurar animá-lo, Professor bradou: “deixa de ser besta, Bala! Tu bem sabe que do meio da gente só pode sair ladrão... Quem é que quer saber da gente? Quem? Só ladrão, só ladrão...” (Amado, 1980, p. 122).

Dessa maneira, Professor encontrava-se anestesiado, paralisado pelo que a sociedade o fez pensar ser. Cada surra da polícia, cada correria em busca de comida, o afastava do que podia ser para lhe tornar o que a sociedade enxergava. Esse é um dos efeitos mais trágicos do etiquetamento num jovem. Com a autoimagem em formação, sem a devida orientação corre o risco de se perder, de não desenvolver suas potencialidades.

A morte de Dora, seu primeiro amor, foi o gatilho para tirar Professor da inércia. Esse acontecimento o fez rever a vida e não mais conseguir ficar no trapiche, no qual somente lembrava dela. Sua ida para o Rio de Janeiro a fim de estudar proporcionou-lhe sucesso como pintor. Retratava imagens de crianças pobres, as quais chocavam e encantavam.

Houve avanços no campo da educação desde 1937. O Brasil do século XXI tem um percentual de crianças atendidas pela rede de ensino razoável. Segundo dados baseados na pesquisa nacional por amostras de domicílio (PNAD) realizada em 2013, 93,6% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos encontram-se nas escolas (Benatti, 2017).

Todavia, esse número absoluto traz consigo uma disparidade entre ricos e pobres que não pode ser ignorada. A taxa de jovens carentes matriculados no ensino é sensivelmente inferior aos mais abastados. Tomando-se por base os 25% mais pobres e os 25% mais ricos, chega-se ao seguinte quadro:

Taxa de atendimento e população fora da escola por faixa etária e quartil de renda (2013) – Brasil						
	taxa de atendimento de 4 e 5 anos (%)	crianças de 4 e 5 anos fora da escola	taxa de atendimento de 6 a 14 anos (%)	crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola	taxa de atendimento de 15 a 17 anos (%)	jovens de 15 a 17 anos fora da escola
25% mais pobres	85,0%	422.789	97,9%	308.291	79,8%	849.035
25% mais ricos	95,8%	21.492	99,5%	12.142	95,3%	47.664

Fonte: IBGE – Pnad 2014.
Nota: As estimativas levam e consideração a idade em anos completos em 31 de março. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio. (Moreno, 2017)

Dessa forma, a partir dos números apresentados é possível depreender que, tomando por base o quartil dos mais humildes da população, 1,580.115 (um milhão, quinhentos e oitenta mil, cento e quinze) de crianças e adolescentes estavam sem acesso ao estudo em 2013. Já no quartil dos mais ricos, 81.298 (oitenta e um mil, duzentos e noventa e oitos) jovens não estudavam. Ou seja, analisando os dois extremos sociais brasileiros, mais de 95% dos infantes sem acesso à educação são pobres.

Não bastasse a imensa disparidade no alcance do ensino brasileiro, outro dado merece ser colimado, talvez mais complexo: a qualidade da escola ofertada aos pobres é extremamente pior que aquela ao alcance dos ricos.

Utilizar-se-á como parâmetro de análise o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Isso porque tal prova objetiva avaliar os anos finais do ensino médio, quando o adolescente deveria estar preparado para competir no mercado de trabalho e, principalmente, acessar o ensino superior.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 3 escolas públicas estiveram dentre as 100 mais bem colocadas no *ranking* geral por média de nota no ENEM de 2015 (Moreno, 2017).

Assim, ainda que possamos visualizar alguma melhora no acesso ao ensino, os pobres seguem com uma desvantagem avassaladora em relação aos ricos. E essa

discrepância vai além da estrutura escolar. Resultados acadêmicos e na vida dependem de estrutura familiar.

Quando trata do abandono afetivo, da necessidade de acompanhamento por adultos que possam dar um estímulo à evolução pessoal, Jorge Amado pincela em cada personagem um traço de ausência, mas nenhum como Sem-Pernas.

Do início ao seu fim no romance, o jovem demonstra um ódio por tudo e por todos, fruto de uma vida marcada por carência afetiva, estigmas advindos de sua deficiência física, e espancamentos, tanto de seu temporário pai adotivo quanto da polícia.

Como forma de vingança, utilizava-se de sua deficiência para dar golpes em pessoas que se compadeciam dele. Sua especialidade era adentrar na casa de ricos que o acolhiam temporariamente a fim de observar bens de interesse para seus amigos furtarem facilmente. Alegrava-se com essa incumbência.

Em duas oportunidades pôde Sem-Pernas aproximar-se do carinho tão desejado: uma como filho de um casal que perdera seu primogênito e demonstrou profundo amor por Sem-Pernas; outra quando uma vitalina sentiu desejo por ele, procurando-o todas as noites em que ficou hospedado em sua casa para relações lascivas. Pôde ter uma mãe, pôde ter uma mulher.

Porém, recusou as duas. Merece destaque a reflexão acerca do personagem enquanto este foge de guardas. Uma progressão angustiante que culmina com seu suicídio:

Sem-Pernas os odeia como odeia a todo mundo, porque nunca pôde ter um carinho. E no dia que o teve foi obrigado a abandoná-lo, porque a vida já o tinha marcado demais. Nunca tivera a alegria de criança. Se fizera homem antes dos dez anos para lutar pela mais miserável das vidas: a vida de criança abandonada. Nunca conseguira amar a ninguém, a não ser a esse cachorro que o segue. Quando os corações das demais crianças estão puros de sentimentos, o do Sem-Pernas já estava cheio de ódio. Odiava a cidade, a vida, os homens. Amava unicamente o seu ódio, sentimento que o fazia forte e corajoso apesar do defeito físico. Uma vez uma mulher foi boa para ele. Mas em verdade não o fora para ele e sim para o filho que perdera e que pensara que tinha voltado. De outra feita, outra mulher se deitara com ele numa cama, acariciara seu sexo, se aproveitara dele para colher as migalhas do amor que nunca tivera. Nunca, porém, o tinham amado pelo que ele era, menino abandonado, aleijado e triste. Muita gente o tinha odiado. Ele odiara a todos (Amado, 1980, pp. 214-215).

Infelizmente, o abandono e abusos das autoridades policiais marcaram de tal maneira Sem-Pernas que preferira se jogar em uma montanha a ser capturado. Nunca pôde sentir um afeto sincero, de uma mãe, irmã que seja. Outros meninos do trapiche o tiveram na figura de Dora, uma menina órfã que surgiu em meio aos capitães da areia trazida por Professor e, tal como uma estrela cadente, iluminou a vida de muitos e rapidamente desapareceu, morrendo.

Ela, como nenhum adulto, pôde despertar em alguns o carinho e afeto de mãe. Ao costurar as roupas rasgadas de Gato, trouxe as melhores lembranças de sua genitora, que fazia o mesmo para ele. O passar de unhas em suas costas já não o excitavam mais, pois aquela não era qualquer mulher, mas sim a personificação de sua mãe. Volta-Seca via em Dora a valentia de sua mãe, que lutara pelas terras da família no sertão. Já Pirulito sentiu tanto amor e interesse da jovem por sua religiosidade que se abriu, confessando que desejava ser padre, seguir o chamado de Deus em seu coração. A menina cuidava dos menores como a filhos.

Para tantos outros, Dora tornou-se irmã. Parceira nos trabalhos diários em busca de comida, amiga de brincadeiras e detentora da capacidade de dizer palavras boas. Trouxe para o grupo uma visão mais lúdica da mulher, até então decerto esquecida, reduzida a objeto de desejo, como tantas negras que Amado contava terem sido derrubadas no areal. Faltava para os capitães amor, um lar.

As crianças e adolescentes de 2017 ainda estão expostos a esses problemas. O abandono, desamparo e ausência de estrutura social diminuíram consideravelmente, mas ainda não foi possível garantir a todos uma condição razoável de vida.

Diversas meninas e meninos se encontram em filas de adoção e o mais constrangedor é analisar que o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) indica que há, em números totais, mais pessoas interessadas em adotar do que crianças ou adolescentes disponíveis. Há 38.326 (trinta e oito mil, trezentos e vinte e seis) candidatos a adotar no Brasil. Em contrapartida, existem somente 7.275 (sete mil, duzentos e setenta e cinco) jovens cadastrados para adoção (CNJ ONLINE, 2017).

Há problemas relacionados aos perfis preferenciais escolhidos pelos pretendentes, os quais tendem a limitar seu desejo de adotar a crianças mais jovens, com certas características físicas. Essa predileção reduz drasticamente o número de interessados em adotar qualquer infante cadastrado, dificultando a concretização das adoções.

Também merece destaque o fato de que muitos pequenos brasileiros encontram-se em situação de rua, com mínima assistência social, não fazendo sequer parte de qualquer listagem para adoção. De acordo com a primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes de rua no Brasil, divulgada em março de 2011, ao todo 23.979 (vinte e três mil, novecentos e setenta e nove) jovens viviam em situação de rua, sendo que 7.827 (sete mil, oitocentos e vinte e sete) desses também dormiam pelas avenidas das cidades (SELO UNICEF, 2017).

Destarte, em 2011 tínhamos cerca de oito mil capitães do asfalto, entregues à própria sorte nas ruas do Brasil. Assemelham-se aos da areia. Vivem de bicos, furtos e piedade para sobreviver. Muitos outros trabalham durante o dia pelas ruas e dormem em abrigos ou na casa dos parentes à noite. Tantos outros, provavelmente não contabilizados, dedicam-se ao tráfico de entorpecentes, outra ocupação extremamente comum para os meninos de hoje.

Vale somar mais um ingrediente à complexa realidade dos jovens pobres do século XXI: quando têm contato com ambos os genitores, esses precisam se entregar a longas e exaustivas jornadas de trabalho. Buscam, com seus sacrifícios, o sustento e a mudança que esperam para a vida de seus descendentes.

Entretanto, a ausência compromete o acompanhamento do infante em sua jornada de desenvolvimento nos campos da vida, muitas vezes distanciando pais e filhos. Conseqüentemente, muitas dificuldades, escolares, comportamentais, além de angústias, comuns na infância e juventude, não são partilhadas ou o são tardiamente, influenciando negativamente no futuro adulto.

Nesse cenário, as terceiras pessoas que ajudam nas tarefas dos pais são de fundamental importância. Avós, demais parentes, cuidadoras e professoras das creches e instituições de ensino, técnicos em escolinhas de futebol e outros esportes. Cada adulto

que interage com essas crianças e adolescentes tem um potencial modificador e deve ter consciência disso.

Na obra de Jorge Amado, é possível observar a presença de dois principais adultos responsáveis por trazer para os capitães da areia maior conscientização: padre José Pedro e João de Adão.

O padre buscou, inicialmente, por intermédio da religião, resgatar os meninos de seus atos contrários às leis de Deus, especialmente a subtração de coisas alheias. Sem muito sucesso, logo percebeu que as atitudes daquelas crianças eram movidas pela necessidade, não sendo possível repreendê-los nesse sentido. Passou a ser amigo e cuidou de muitos deles em situações difíceis, como doenças.

Questionado por seu superior hierárquico na igreja, o qual o acusava de compactuar com os roubos e crimes daqueles jovens perversos, padre José Pedro exaltou-se e bradou: “Que culpa eles têm? [...] Quem cuida deles? Quem os ensina? Quem os ajuda? Que carinho eles têm? [...] Roubam para comer porque todos esses ricos que têm para botar fora, para darem à igreja, não se lembram que existem crianças com fome... que culpa...” (Amado, 1980, p. 134). Chamado de comunista, inimigo da igreja, entendeu que agradava mais a Deus estando ao lado dos necessitados, não se importando com qualquer alcunha.

Dessa forma, sua grande contribuição para o grupo personificou-se em Pirulito. Com aspirações ao sacerdócio, conseguiu tornar-se um frei, contribuindo na catequização de diversas crianças e na disseminação da palavra de Deus, o que orgulhava o padre e servia de alento por sua crise ao ajudar os jovens a transgredir normas.

João de Adão talvez seja o mais significativo no aspecto ora apresentado. Sua influência em Pedro Bala mudou completamente a vida do então adolescente e deu nova razão de existir aos capitães da areia. Estivador no porto, comandante de diversas greves, ensinou Bala muito sobre a luta dos pobres por seus direitos. Demonstrou a importância das greves para garantir melhorias nas condições de trabalho, salários dignos. Durante diversos encontros fez crescer na mente do menino a ideia da revolução, que não tardou a chamá-lo à luta.

A partir de então, os capitães da areia passaram a ajudar o movimento grevista. Como uma brigada de choque, intervinham em comícios, greves, lutas obreiras. Tiveram um sentido em suas vidas, passaram a canalizar seus esforços em prol de uma causa que lhes significava a real possibilidade de mudança na vida dos pobres.

Dessa maneira, tanto na ficção como na vida real, podemos depreender que, quanto mais abandonado o infante, maior importância ganha a contribuição de adultos que não são seus pais para o desenvolvimento em sociedade.

Portanto, para modificar o destino das crianças e adolescentes pobres deve-se ter em mente algumas atitudes fundamentais, baseadas em educação, assistência social e acompanhamento familiar contínuo. Torna-se importante associar esses fatores a uma mudança de atitude em todos os integrantes da sociedade, os quais devem enxergar nessas meninas e meninos humildes de fato o futuro da nação. Isso ganha especial relevo com o acentuado decréscimo da taxa de natalidade entre as famílias mais abastadas no Brasil, aumentando paulatinamente o percentual de jovens pobres em relação aos ricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto magistral de Jorge Amado, como uma gangorra, trabalha momentos lúdicos contrastados com um realismo chocante. Essa dinâmica literária coloca o leitor imerso no universo dos capitães da areia, em sua maneira de encarar a vida: a inocência das crianças que são, a qual as coloca para o alto, longe da miséria, num mundo de sonhos; a racionalidade e descontentamento dos homens que a vida os obriga a serem, jogando-os no chão, na realidade dura do trapiche, das ruas de pedra de Salvador.

Por suas opiniões políticas, o autor foi perseguido e viveu exilado durante muito tempo. *Capitães da areia* recebeu o mesmo tratamento, tendo sido queimado por considerarem uma apologia ao comunismo. Contudo, Amado manteve-se fiel à causa comunista, à luta pela classe trabalhadora brasileira. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e deputado federal.

Frutos foram colhidos a partir batalha de inúmeros representantes dos trabalhadores. Consolidação das leis trabalhistas, diversos direitos do trabalhador como

cláusulas pétreas na Constituição brasileira de 1988, dentre tantos avanços na parte social. Nada pôde resolver certos problemas pois são intrínsecos do capitalismo.

A exploração da maioria dos homens pela minoria deles, a má distribuição de riquezas, a ocupação dos principais cargos públicos e privados. Quase tudo para os mais abastados e muito pouco para os pobres.

A criminalidade infantil tem uma grande responsável: a sociedade capitalista. Enquanto crianças e adolescentes não tiverem condições dignas de vida, moradia, alimentação, educação de qualidade, será extremamente difícil abandonarem os meios alternativos de sobrevivência que aprenderam a utilizar.

Mais do que isso, o incentivo irracional ao consumo, a construção psicossocial de que um indivíduo é o que ele tem, são catalisadores de expectativas inalcançáveis para todos os integrantes da sociedade. Poucos indivíduos são capazes de possuir tudo o que se é levado a crer ser necessário para uma existência plena, feliz.

Dessa forma, ainda que haja todo o avanço desejado nas condições de vida das classes mais humildes, sem uma revisão das perspectivas a serem alcançadas é impossível cogitar o fim dos delitos patrimoniais.

O centro desta obra de Jorge Amado – bem como do presente estudo – é um grupo de jovens abandonados à própria sorte, excluídos da sociedade e execrados pela grande mídia. São construídos como uma espécie de Peter Pans modernos que ao invés de fugir da velhice e lutar com piratas, buscam se inserir em uma coletividade (criada a seu próprio modo) e duelam com a marginalização que decorre da pobreza e do etiquetamento longe dos adultos e do modelo de família tradicional.

A forte e inequívoca crítica à tutela penal do patrimônio é claramente trabalhada pelo escritor baiano que, já na década de 1930, ressaltava as mazelas decorrentes do modelo capitalista. Enquanto polícia, judiciário e mídia se mobilizam e vociferam críticas à delinquência juvenil, o silêncio do descaso estatal é eloquente: em lugar de se buscar dar abrigo e condições dignas aos menores que nem o mínimo possuem, opta-se por ampliar a proteção aos bens patrimoniais que uma minoria detém em excesso.

Neste diapasão faz-se oportuna a crítica à crença nas falaciosas funções da pena que, ignorando por completo os dados empíricos, colocam a punição como ferramenta para a redução da criminalidade. Os pequenos crimes praticados pelos jovens abandonados de salvador descritos por Amado não se devem à ausência de punição; mas nutrem uma relação direta com as dificuldades econômicas e necessidade de subsistência destes.

Ainda que o leitor queira crer na descabida conexão traçada pelo senso comum entre delinquência e impunidade, é irrefutável a incapacidade de reintegração à sociedade dos menores em conflito com a lei em decorrência de sua internação no reformatório baiano. De fato, a privação de liberdade se soma ao tratamento agressivo e desumano dado por aqueles a quem compete “aplicar a lei” e acaba por sacramentar a separação entre oprimidos e opressores.

Imperioso ressaltar o caráter político que marca todas as fases da criminalização, indo da elaboração da norma (criada por um grupo seletivo que detém maior poder político) até sua aplicação (que se pauta não apenas pelo texto cru da lei, mas também pelas características objetivas e subjetivas das partes que se encontram em ambos os polos da relação).

Assim sendo, a proteção penal ao patrimônio coloca-se como uma ferramenta de controle socioeconômico: resguarda as posses daqueles mais abastados ao mesmo tempo que legitima a neutralização e afastamento dos que contrariam as leis – criadas para serem violadas.

Vale ressaltar, ainda, que apesar de o foco deste artigo estar nas classes menos abastadas, a maioria da população comete crimes patrimoniais, inclusive pessoas com maior poder aquisitivo. Como explicitado acima, é praticamente impossível cumprir os padrões de consumo impostos. Assim, outros extratos sociais recorrem aos delitos, mas por vezes menos explícitos, a exemplo da receptação de réplicas de artigos de luxo, como bolsas de grife.

Não há, portanto, uma vinculação direta entre pobreza e delinquência (em qualquer escala). Contudo, utilizando um parâmetro moral de valoração da conduta delituosa, conclui-se mais socialmente compreensível e aceitável a conduta daquele que

busca pela violação a garantia de sua subsistência, aproximando-se do conceito de culpabilidade por vulnerabilidade trabalhado por Zaffaroni.

Por fim, afirma-se a importância da revisão do modelo penal em vigor que, em detrimento da dignidade e necessidade dos membros das camadas mais carentes da população, volta-se para uma manutenção de *status quo* daqueles que detêm maior capital econômico e político. Apenas por meio de uma readequação – ou mesmo extinção – do controle exercido pelo capital sobre o ordenamento e a sociedade pode-se pôr fim às críticas trazidas por *Capitães da areia* e que, até o presente momento, permanecem quase imutáveis.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. 50^a ed. Rop de Janeiro: Record, 1980. 239 p.

BENATTI, Bárbara. Brasil tem 93,6% das crianças e jovens de 4 a 17 anos nas escolas. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/32460/brasil-tem-936-das-criancas-e-jovens-de-4-a-17-anos-na-escola>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

CNJ ONLINE. Cadastro nacional de adoção – relatórios estatísticos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em 04 jan. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 4^a ed. Tradutores: Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 925 p.

MORENO, Ana Carolina. Das 100 escolas com maior nota média no Enem 2015, 97 são privadas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/das-100-escolas-com-maior-nota-media-no-enem-2015-97-sao-privadas.ghtml>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

SELO UNICEF. Campanha nacional criança não é de rua exige levantamento. Disponível em: <http://www.selounicef.org.br/selounicef.php?op=300&id_srv=2&id_tpc=32&nid_tpc=&id_grp=10&add=&lk=1&nti=6494&lnti=S&itg=S&st=&dst=3>. Acesso em 04 jan. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito penal brasileiro I*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 658 p.